

Constituinte e Figueiredo * 4 AGO 1980

PAULO DE TARSO SANTOS

Há indícios de que uma nova Constituinte, por eleição direta, já conseguiu o consenso de amplos e vitais setores da vida nacional.

A partir da OAB, na reunião de Manaus; de pronunciamentos da Igreja; da SBPC, de entidades estudantis e partidos políticos, ampliam-se, cada dia, os setores que defendem a Constituinte como o caminho mais adequado para superar a indissolúvel crise brasileira.

Não se trata, apenas, de discutir se a política econômica é gradualista ou de recessão; se os sectários de todos os matizes vão continuar tendo livre campo para suas tropelias criminosas; se as dezenas de denúncias de corrupção vão ser devidamente apuradas, como satisfação à opinião pública. Nem se trata de exercer a futurologia sobre uma sonhada "supersafra" no ano que vem.

Tampouco se limita o problema aos complexos motivos que levam o governo a exportar álcool ou derivados do petróleo no mesmo instante em que pede à população, quase semanalmente, sacrifícios inéditos na compra de gasolina, com a justificação do que se passa no Extremo Oriente.

Por outro lado, a vinda do Papa dramatizou a miséria de nossas populações marginalizadas, em termos suficientemente claros para que se comentasse o assunto no mundo todo.

Assim esboçada, mesmo a traços muito largos, já a crise, por ser global, surge com características novas: ela é econômica, porque afeta toda a Nação, em seu crescimento, que passa a estar sob ameaça de atrofia funcional; ela é social porque atinge especialmente as camadas mais pobres da população e onera, em sua busca desordenada de soluções, sobretudo os assalariados; é política porque o sistema de poder, com seus casuísmos e seus representantes bionicos, perdeu legitimidade. Ninguém se sente por ele representado. E seus problemas são só seus; a Nação não os assume, porque há um fosso de imensa desconfiança entre os que governam e os que são governados.

Finalmente, a inegável abertura já alcançada pôs a nu as mazelas do sistema que exaure suas finanças em casos não controlados de corrupção e, depois, pede sacrifícios ao povo, que se sente assim, no mínimo, ludibriado.

Mas é curioso como em tudo isso o general Figueiredo consegue ser menos criticado que o governo que ele encarna. Por intuição, talvez, ou com o que lhe resta de esperança, o povo parece supor que o governo, com seus ministros e eminências pardas, é uma coisa e Figueiredo outra. Por outras palavras, o governo não seria tão coeso quanto aparenta, e Figueiredo representaria a tendência liberal da equipe palaciana.

Haveria mil maneiras de explicar a contradição (afinal todos os ministros foram nomeados por Figueiredo). Mas, é que, num País ainda desestruturado politicamente, as personalidades jogam um papel importante. E seria tolo, para a oposição, negar que a imagem do Presidente, até pela espontaneidade de seus impulsos e demasias, é menos negativa que a imagem de seu governo, que pode inclusive ser mudado. E se o Presidente, com seu liberalismo, ainda pouco consequente, procura interlocutores, que estes sejam de uma oposição realista, unida, que não teme o diálogo, e não de uma direita ultrapassada e autoritária.

Os artigos desta página não surgiram para discutir o sexo dos anjos. E os problemas brasileiros devem ser aqui abordados, ainda que polêmicos.

Defender a Constituinte sem Figueiredo parece-me nêscio e utópico. Nêscio porque a Constituinte, livremente convocada, a salvo de bionicos, deve ser concebida como um meio de união nacional, sem revanchismo nem subserviência e sem exclusão de qualquer segmento da opinião pública nacional. Ora, conceber uma Constituinte sem os militares, que o general Figueiredo representa, com aparente legitimidade, é truncar, no nascedouro, uma iniciativa que só vingará se for generosamente ampla, sem exclusões, a priori, de quem quer que seja.

Por outro lado, é utópica a idéia da Constituinte sem o atual Presidente, porque ninguém, na oposição, tem condições para depô-lo; e fora dela, se tais condições existissem, seria de se indagar o que viria depois. E esta pergunta só não intranquiliza aos ingênuos. Assim, além de impossível, a deposição é indesejável.

Então, desloca-se o problema para as condições mínimas a serem exigidas pela oposição, que não deve fugir, quanto a isso, ao diálogo com o Executivo. E a Constituinte, que daí pode derivar, será vitória

da Nação, e não da oposição ou do governo.

Tais condições, tão claras, distinguem a Constituinte com Figueiredo da Constituinte para Figueiredo e para o sistema de poder que ele representa.

Numa enumeração não taxativa, passo a indicar algumas dessas exigências: ampla liberdade de organização — política, sindical e comunitária, com revogação prévia da atual Lei de Segurança Nacional; mobilização dos núcleos de base, sobre os objetivos da Constituinte; política efetiva de redistribuição de renda e de controle real das multinacionais; execução de uma reforma agrária, com base nos estudos científicos da ONU; revogação de todas as normas autoritárias que impedem a organização dos estudantes, nas UEEs e na UNE; suspensão do acordo nuclear com a Alemanha, até que sobre ele se pronunciem os constituintes; apoio, amplo, à tecnologia nacional; reexame do Estatuto dos Estrangeiros, ora em discussão; vinculação percentual, prioritária, de parcelas da receita federal, a problemas sociais como saúde e educação; devolução ao Congresso de suas atribuições e prerrogativas; admissão da rotatividade de grupos políticos no poder; a começar pelas eleições estaduais diretas de 1982; respeito pleno e efetivo das atribuições dos tribunais e juizes eleitorais; revisão da Consolidação das Leis do Trabalho, para expurgá-la dos vícios históricos, de sua origem; política externa independente, com ênfase na solidariedade aos países do Terceiro Mundo.

E assim por diante, poderá o debate ampliar ou modificar as condições. Mas isso é bem distinto da quixotesca posição de ignorar a existência do presidente da República, nessa reformulação; ou de negar que a Constituinte significa a possibilidade de um avanço importante.

A política não é apenas a arte do possível, ela é também a técnica de medir, com realismo, as próprias forças, para compará-las com as do adversário, em cada momento, antes de aceitar o envolvimento em lutas inviáveis.

Resta, é certo, uma hipótese: apostar no caos. Mas isso não é sério. É jogo de azar, contra o País.

Paulo de Tarso Santos foi ministro da Educação e prefeito de Brasília, antes de 1964; a partir de 1966, foi técnico da ONU sobre problemas de educação e desenvolvimento.

FOLHA DE SÃO PAULO